

BOLETIM ***PRESENÇA***

ANO II, nº 04, 1995



UNIR

Retalhos de uma Discussão Ambiental

Dorisvalder Dias Nunes*

Resumo

No passado, o uso dos recursos naturais era encarado sob o prisma da "infinitude", ao contrário da atualidade, em que a realidade demonstra que os recursos naturais são finitos. O resultado é que, se antes o econômico moldava o ambiente, hoje, ao que tudo indica, o meio aparece como norteador de tendências econômicas. Fica claro a necessidade em se distinguir. A partir dos anos 60 e 70 verificou-se uma retomada de concepção, não só da sociedade mas, também, das autoridades governamentais em relação à problemática ambiental. A redução da disponibilidade de recursos naturais traz consigo uma nova preocupação: "O saber gestar o meio ambiente". Neste sentido se trouxermos a discussão a nível de Brasil, verificar-se-á que *"...a ação do Estado no enfrentamento da questão ambiental remonta, no que diz respeito à criação de instituições específicas, ao início da década de 70.*

Palavras-Chave: Recursos, Disponibilidade e Ambiente.

Abstract

In the past, the use of the natural resources was faced under the prism of the infinitude ", unlike the present time, in that the reality demonstrates that the natural resources are finite. The result is that, if before the economical molded the atmosphere, today, to the that everything indicates, the half appears as norteador of economical tendencies. It is clear the need in being distinguished. Starting from the years 60 and 70 a conception retaking was verified, not only of the society but, also, of the government authorities in relation to the environmental problem. The reduction of the readiness of natural resources brings with herself a new concern: " The knowledge gestar the environment ". In this sense if we bring the discussion at level of Brazil, it will be verified that " ...a action of the State in the enfrentamento of the environmental subject remounts, in what he/she concerns the creation of specific institutions, to the beginning of the decade of 70.

Words-key: Resources, Readiness and Atmosphere.

De modo geral, a maior parte dos habitantes da Terra, nascidos logo após a segunda Guerra Mundial, atestaram um período em que a Ciência e a Tecnologia subsidiaram um ininterrupto "crescimento econômico" mundial que, segundo Brown(1991), quintuplicou desde a segunda metade deste século.

Teoricamente, esse crescimento econômico deveria deixar transparecer uma lógica positiva, cujo desdobramento seria sinônimo de avanço tecnológico e melhoria na qualidade de vida; o que infelizmente não consta como realidade visível. A relação Custo **vs** Benefício no aproveitamento dos recursos naturais é superestimada em favor dos benefícios oriundos da exploração dos recursos naturais. Conforme comenta Brown:

"...O sistema de cálculo nacional, utilizado para avaliar o progresso econômico, incorpora a desvalorização de maquinaria e de equipamentos, mas não leva em conta o esgotamento do Capital Natural. Desde meados do século, o mundo perdeu cerca de um quinto da porção superficial de suas terras cultiváveis, um quinto de suas florestas tropicais úmidas e dezenas de milhares de suas espécies animais e vegetais..." (BROWN,1991:15)

Isto significa que as variáveis econômicas moldaram e moldam os níveis de uso e desuso do meio ambiente, com uma importante questão a ser considerada: no passado, o uso dos recursos naturais era encarado sob o prisma da "infinidade", ao contrário da atualidade, em que a realidade demonstra que os recursos naturais são finitos. O resultado é que, se antes o econômico moldava o ambiente, hoje, ao que tudo indica, o meio aparece como norteador de tendências econômicas. Fica claro a necessidade em se distinguir *"...entre o uso de recursos que sustentam o progresso e o de recursos que minam o progresso..."*, em outras palavras, não se faz o cômputo da *"...depreciação do Capital Natural, que inclui recursos não renováveis como o petróleo e recursos renováveis como as florestas..."(IDEM,IBIDEM:21)*.

São essas as preocupações que, até um dado momento da história humana, não pareciam ser alvo de preocupação da sociedade de forma geral, e muito menos como política prioritária por parte das autoridades competentes.

A partir dos anos 60 e 70 verificou-se uma retomada de concepção, não só da sociedade mas, também, das autoridades governamentais em relação à problemática ambiental. A redução da disponibilidade de recursos naturais traz

consigo uma nova preocupação: "O saber gestar o meio ambiente". Neste sentido se trouxermos a discussão a nível de Brasil, verificar-se-á que *"...a ação do Estado no enfrentamento da questão ambiental remonta, no que diz respeito à criação de instituições específicas, ao início da década de 70..."* (BURSZTYN,1993:86-87), com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA. Ato caracterizado mais por simbolismo do que por intensão real de ação e que, a bem da verdade, surgia como resposta às discussões realizadas na Conferência de Estocolmo, em 1972. É importante destacar que o fomento a uma discussão mais ampla sobre meio ambiente no Brasil estava relacionada a entrada de recursos internacionais e que só seria possível se o Estado brasileiro atendesse algumas prerrogativas, entre as quais, a criação de instituições, conforme relaciona Gonçalves:

"...A pressão da preocupação ambientalista que cresce a nível internacional obriga as instituições financeiras públicas e privadas a colocarem exigências para a realização de investimentos aqui: há que se ter preocupação com o meio ambiente. Assim, antes que se houvesse enraizado no País um movimento ecológico, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aqui aportar." (GONÇALVES, 1990:15).

Contudo, as discussões no Brasil sobre o meio ambiente, começaram a ocupar um espaço cada vez mais crescente, sob dois ângulos. De um lado, a nível governamental que, após alguns documentos (metas e bases para a Ação do Governo, 1970 e I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, 1971), onde a questão ambiental aparece de forma secundária e marginal, e só começa a ser enfocada como política específica a partir do II PND (1975-79), culminando com a institucionalização de uma política nacional de meio ambiente através das Leis Federais 6938/81 e 6902/81, entre outras.

Por outro lado, observou-se o aumento do Produto Interno Bruto-PIB que, antagonicamente, associado à queda das condições de vida humana, caracterizou-se principalmente pela concentração de renda e rebaixamento dos salários, diminuindo o poder aquisitivo do trabalhador. Junto a isto, somam-se os problemas de contaminação ambiental causados pelo "desenvolvimento" econômico implantado a qualquer preço, pelos governos militares após 64.

Refletindo diretamente na sociedade, a crise econômica promove a proliferação da pobreza, acompanhada do aumento de formas anômalas de comportamentos sociais. O crescimento exarcebado da população e a pobreza exercem uma forte pressão sobre os recursos naturais, deste modo não se pode pensar separadamente pobreza e meio ambiente, pois na medida em que cria populações marginalizadas, portanto, peças excludentes dentro da lógica da valorização do espaço, promove-se uma pressão sobre áreas destinadas à preservação/conservação e que muitas vezes são impróprias à ocupação humana (NUNES,1994). Para ser mais enfático nesta questão vejamos o que relata Leal:

"...a pobreza significa, entre outras coisas, um importante processo de deterioração do meio ambiente, utilizado como recurso final na resolução de problemas urgentes de subsistência. O meio ambiente é, assim, virtualmente saqueado em função das necessidades básicas dos mais carentes..." (LEAL,1989:09).

Obviamente, tal situação não faz dos menos favorecidos os agentes principais pelas ações danosas ao meio, ao contrário, muitas vezes são eles (os menos favorecidos), as principais vítimas. É neste contexto que o número de entidades "ecológicas" e de instituições governamentais, crescem ao lado da presença cada vez maior do tema "meio ambiente" em teses e propostas de discussão ambiental nos vários setores da sociedade.

Esse quadro traz para as instituições governamentais a responsabilidade de uma política mais séria e a criação de mecanismos mais eficazes relacionados à gestão do meio ambiente com o objetivo primordial da conservação/preservação do valioso patrimônio de recursos naturais ainda existentes e pouco estudados, principalmente quando a discussão remete-se à Amazônia. A criação de áreas destinadas à preservação e conservação de ambientes potencialmente importantes do ponto de vista da biodiversidade genética, devem ser incrementadas, e a Amazônia é o melhor exemplo desta biodiversidade. Ao levarmos em consideração sua variedade fauno-florística, caracterizada também por apresentar um forte endemismo, a questão torna-se ainda mais importante. Isso significa dizer que, a destruição da floresta implica, entre outras coisas, na extinção de uma imensurável quantidade de seres que se quer foram descobertos e catalogados pela ciência. Nesta linha de

pensamento, Rondônia apresenta-se como um dos principais alvos de discussões no que tange aos problemas sócio-ambientais da Amazônia Ocidental, surgidos nas últimas duas décadas - 70 e 80. As Unidades de Conservação e sua situação no que concerne à Gestão Ambiental, em se tratando de Rondônia, são muito recentes, basta lembrar que uma das primeiras iniciativas para se viabilizar um ordenamento socio-econômico-ambiental remonta o POLONOROESTE, e mais recentemente o PLANAFLORO.

Para um melhor entendimento do que pensamos e definimos por Gestão Ambiental, veiculamos esta definição a um processo político-administrativo, responsável pelo direcionamento de leis e normas que possam controlar/minimizar ações deletérias ao meio, de tal forma que se possa pensar um desenvolvimento ecológico e socialmente sustentado.

Com base nesta definição, há que se pensar como vencer os impasses primordiais no que se refere às ações de planejamento ambiental a serem implementadas pelos governos estaduais e, neste sentido, pode-se elencar algumas iniciativas importantes:

- Primeiramente vencer, através de um processo educativo, a mentalidade leiga de certos níveis da sociedade quanto ao uso, conservação do ambiente e sua importância para a sociedade. Neste sentido é de suma importância o aumento da alfabetização e o fortalecimento da educação ambiental nas escolas. A educação aqui é entendida como principal mecanismo capaz de reorientar a sociedade para uma concepção destinada ao fortalecimento de hábitos e valores que não comprometam ainda mais o ambiente natural;
- Conciliar crescimento industrial e progresso, com medidas de conservação e respeito aos recursos naturais, compatíveis com a noção de *desenvolvimento*; apresentada e definida por Branco, nestes termos:

"...A palavra desenvolver, na sua origem, tem o sentido de desenbrulhar, desenrolar, liberar ou expandir uma coisa que estava embrulhada ou envolvida. Um botão de rosa se desenvolve quando desdobra suas pétalas e forma a flor. Por extensão, dizemos que um embrião se desenvolve ao tornar-se animal ou vegetal completo, porque ele manifesta um potencial que já existia, em gérmen, dentro de si mesmo. Ninguém fala "desenvolver uma casa" mas se diz "desenvolvimento de uma semente", porque a construção de uma

casa não provém de um embrião com um potencial inicial para transforma-se em casa, ao passo que a árvore provém de um gérmen, que é seu potencial. (...) nenhum desenvolvimento pode vir de fora para dentro (...). Por conseguinte, é tão incongruente uma nação pretender copiar um modelo de desenvolvimento estrangeiro quanto desejarmos obter um cavalo a partir de um embrião de anta(...)" (BRANCO, 1990: 83-84).

- Evitar que o crescimento demográfico e suas pressões sociais venham a intensificar práticas de assentamentos sem planejamento prévio, como as ocorridas na Amazônia brasileira, em particular, Rondônia;
- Impedir que o egoísmo e práticas de obtenção do lucro imediato de setores da sociedade mais abastados, comprometam a conservação e uso adequado dos recursos naturais;
- Bloquear as ações irregulares da tecnologia depredatória e sua incapacidade produtiva de gerar riquezas, que terminam por afetar a sociedade que não é beneficiada com esse tipo de tecnologia. No caso de Rondônia a riqueza representada pela imensurável reserva mineralógica, está longe de ser repassada para a melhoria da qualidade de vida da sociedade local e regional;
- Melhor distribuição da riqueza para setores da sociedade menos abastados, de tal forma que garanta uma condição de vida decente a cada cidadão, dando-lhe acesso a moradia, emprego, saúde, transporte e educação.

Essas ações favoreceriam em muito o planejamento ambiental, na medida em que as necessidades básicas da sociedade são atendidas, trazendo como consequência a superação de impasses oriundos da relação Homem **vs** Natureza. Uma vez atendidas essas necessidades é possível pensar a conservação como prescreve a IUCN-União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, quando afirma que :

"...a conservação, como desenvolvimento, destina-se aos homens. Enquanto o desenvolvimento procura alcançar as finalidades do homem, antes de tudo, mediante a utilização da biosfera, a conservação procura obtê-las por meio da manutenção da referida utilização. A conservação compreende a manutenção e a continuidade, e, por isso, constitui uma resposta racional à própria natureza dos recursos vivos (renovabilidade e destrutibilidade), assim como um imperativo ético, que se manifesta na convicção de que "não herdamos a Terra de nossos pais, mas a tomamos emprestada de nossos filhos..." (IUCN, 1984:12).

A partir desse quadro, pensar a Gestão Ambiental, é pensar uma abordagem holística para o entendimento das interdependências entre o meio abiótico e biótico e das manifestações antrópicas na modificação do sistema ambiental, em particular, o amazônico. Isto posto, vejamos para o que alerta Leal: "...o destino de uma região está essencialmente condicionado por suas ações sobre os Meios Naturais nos quais repousa..." (LEAL,1989:10). Assim, faz-se mister trazer à luz das discussões o papel das Unidades de Conservação dentro do contexto Amazônico, e sua inserção em uma discussão mais ampla que é a discussão ambiental.

BIBLIOGRAFIA:

- BRANCO, S.M. **O Meio Ambiente em Debate**, 6ª edição, Moderna (coleção polêmica), São Paulo, 1988.
- BROWN, LESTER R. (org.) **Salve o Planeta! Qualidade de vida - 1990**, Ed. Globo, São Paulo, 1990.
- BURSZTYN, M. (org.) **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1993.
- GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)Caminhos do Meio Ambiente**. Ed. Contexto, 2ªedição, São Paulo, 1984.
- IUCN. **Estratégia Mundial para a Conservação: A conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado**. CESP, SP, 1984 II 1V
- LEAL, J. A Gestão do Meio Ambiente na América Latina: problemas e possibilidades. In: **Cadernos FUNDAP, ano 09, 16, p. 07/14/Junho**, SP, 1989.
- NUNES, D.D. Gestão Ambiental e América Latina: algumas reflexões. in: **Boletim do Laboratório de Geografia Humana nº 3 Ano 1 (abr/mai)**, UNIR, Ro, 1994. p.02/03.

Membro do Imaginário Social-CEI/UNIR Mestrando em Geog. Física na FFLCH/DG/USP.

Professor do Depto. de Geografia/UNIR